

Práticas Cooperativas nas Bibliotecas Públicas do Baixo Alentejo

Ana Filipa Guerreiro

Biblioteca Municipal de Ourique

Estrada de Garvão

7670-000 Ourique

Tel: 286510030

E-mail: anafilipaguerreiro@gmail.com

José António Calixto

Biblioteca Pública de Évora

Largo Conde de Vila Flor

7000-804 Évora

Tel: 266 769 330

E-mail: jalixto@bpe.pt

RESUMO

A presente comunicação descreve e discute o funcionamento cooperativo das bibliotecas da RBNP da região do Baixo Alentejo, e tem como base uma revisão da literatura e um levantamento de dados no terreno.

Um dos pontos de partida é constituído pelos relatórios emanados de instituições como a IFLA e a DGLB, e a consulta de estudos de profissionais e investigadores da área das ciências da informação, que genericamente sugerem que a cooperação é uma realidade pouco presente nas práticas das bibliotecas públicas portuguesas.

A investigação, em que a comunicação se baseia, tem igualmente, como suporte os dados obtidos em 8 entrevistas realizadas junto dos bibliotecários da região alvo do estudo.

Ao longo do mesmo pretende-se determinar o alcance real do funcionamento cooperativo nas bibliotecas do Baixo Alentejo, compreender as causas que têm bloqueado esse funcionamento e encontrar caminhos que possibilitem a adopção de hábitos e práticas cooperativas.

PALAVRAS-CHAVE: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; Cooperação inter-bibliotecas; rede.

INTRODUÇÃO

No contexto actual são inúmeras e muito rápidas as transformações operadas numa sociedade que se transforma em paralelo com a evolução da tecnologia e mais concretamente com a expansão avassaladora da Internet. Estas circunstâncias afectam todos os domínios da sociedade e isto é ainda mais evidente em sectores que lidam directamente com a produção e disponibilização de informação. Face a esta mudança, desafiante e arrebatadora, são inúmeros os desafios que se colocam às bibliotecas, e particularmente às bibliotecas públicas.

Se até há bem pouco tempo se discutiam os impactos das tecnologias de informação e comunicação na rotina diária das unidades documentais, hoje as bibliotecas confrontam-se com um novo paradigma que vem, mais

uma vez, alterar a forma como as bibliotecas se relacionam com os seus utilizadores. A isto muitos autores chamam “Biblioteca 2.0”.

A Biblioteca 2.0, resultado da segunda geração da Internet, a Web 2.0, e domina, actualmente, as discussões dos profissionais e estudiosos na área das ciências da informação, numa altura em que, na blogosfera, já se fala numa terceira geração da Internet, a Web 3.0.

A cooperação surge, neste panorama, como a forma mais eficiente de as unidades documentais responderem aos reptos colocados por mais esta transformação. As inúmeras possibilidades colocadas pelo trabalho cooperativo, ao nível interno e no âmbito dos serviços, são indutoras de mais-valias, que fazem da cooperação um trilha incontornável no caminho que as bibliotecas públicas têm que fazer.

Apesar do reconhecimento desta evidência poucas têm conseguido criar condições que permitam a constituição de redes cooperativas, indispensáveis à sobrevivência, crescimento e afirmação destas unidades documentais.

De facto, várias causas, inerentes às características estruturais do país, ao processo de implementação e funcionamento das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, à acção dos órgãos com responsabilidade na área e dos próprios profissionais, têm bloqueado o efectivo funcionamento em rede da RBNP e a constituição de parcerias cooperativas.

METODOLOGIA

O actual texto é produzido no contexto de um trabalho de investigação elaborado no âmbito do Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação da Universidade de Évora. Esse trabalho tinha como objectivo analisar o funcionamento cooperativo das Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da Região do Baixo Alentejo.

De acordo com o objectivo exposto, a investigação fez uso de métodos qualitativos para recolher e analisar dados. Esta recolha foi feita através da aplicação de uma entrevista semi-estruturada aos bibliotecários

responsáveis pelas bibliotecas públicas do Baixo Alentejo, à altura abertas ao público. Este trabalho de campo decorreu entre Maio e Setembro de 2007.

Pelo facto de se tratar de um pequeno grupo de actores, optou-se por entrevistar a totalidade das unidades documentais que cumpriam os requisitos enunciados, 9 no total. Destas 9 apenas uma não aceitou participar no estudo pelo que para os resultados finais foram consideradas 8 entrevistas.

A análise dos dados foi feita recorrendo à utilização um software de análise de dados qualitativos, mais concretamente o Atlas.ti. Através da utilização do software foi possível analisar os dados, ou seja os discursos, as palavras dos entrevistados. Após um aturado trabalho analítico, lidando com 80 códigos, estes acabaram por ser agrupados em quatro grandes categorias: (i) Conceitos de cooperação; (ii) Áreas cooperativas; (iii) Vantagens e desvantagens da cooperação; e (iv) Factores impulsionadores e obstáculos à cooperação.

Na secção seguinte são apresentadas as principais conclusões da investigação, com contributos tanto da bibliografia como do trabalho de campo.

COOPERAÇÃO INTER-BIBLIOTECAS: ASPECTOS TEÓRICOS

O conceito de cooperação encontra-se, intimamente, ligado ao uso das tecnologias. De acordo com Vega (1998) esta relação inicia-se nos anos 60 com os primeiros processos de automatização das bibliotecas.

Na década de 70 a vertente económica manteve-se, acrescendo a motivação com a optimização do tempo dispendido com os processos de catalogação.

Na década seguinte, com o desenvolvimento da comercialização dos programas de gestão de bibliotecas, a cooperação centra-se no aproveitamento das potencialidades dos pacotes informáticos e do intercâmbio de produtos e experiências.

Já na década de 90 foram presenciadas significativas alterações na sociedade, motivadas por grandes evoluções na tecnologia, nomeadamente o aparecimento da WEB que, inevitavelmente, se têm vindo a repercutir nas relações entre as bibliotecas.

Actualmente, a cooperação surge como uma forma de partilha de trabalho, de competências e dinheiro (Calixto, 2005), que deverá desenvolver-se a partir de uma organização formal, com normas definidas e um órgão que oriente e coordene o desenvolvimento do sistema, evitando, desta forma, e existência de factores críticos aquando da sua instalação (Alasne:2005).

A cooperação é, pois, encarada como uma ferramenta indispensável à gestão das bibliotecas sendo que a sua acção deverá ser transversal às seguintes áreas de actuação:

| |
|---------------------------------|
| Comunicação entre profissionais |
| Aquisição e gestão de colecções |
| Tratamento documental |
| Empréstimo inter-bibliotecas |

| |
|---|
| Conservação e restauro de colecções |
| Apoio técnico e formação |
| Actividades de promoção do livro e da leitura |
| Investigação e elaboração de projectos comuns |

Tabela 1: Áreas cooperativas

A crescente importância atribuída, por instituições como a IFLA/UNESCO, a nível internacional ou a DGLB a nível nacional, à cooperação advém de um conjunto de vantagens e oportunidades que o trabalho cooperativo proporciona, nomeadamente:

| |
|--|
| Benefícios económicos |
| Benefícios ao nível da optimização de tempo |
| Facilitadora de processos de aprendizagem |
| Benefícios ao nível da legitimação e prestígio |
| Impulsionadora de inovação e melhoria dos serviços |

Tabela 2: Oportunidades de cooperar

Apesar destas vantagens a cooperação pode acarretar algumas disfuncionalidades. Estas são, essencialmente, reflexo de processos cooperativos mal organizados e que não têm em conta os seguintes factores críticos:

| |
|--|
| Burocracia que envolve as estruturas de tutela |
| Morosidade da tomada de decisão |
| Necessidade continua de formação |
| Perda de independência |
| Desigualdade de participação |
| Interferência no planeamento e gestão |
| Formulação de objectivos e regras |

Tabela 3: Factores críticos do processo cooperativo

Em Portugal, há muito que os relatórios emanados de instituições com responsabilidade na área das ciências da informação, têm vincado a necessidade do estabelecimento de redes cooperativas e consórcios.

O relatório de 1986 “*Leitura pública – Rede de bibliotecas públicas*” (Moura, 1986) apontava como principal prioridade a criação de uma rede nacional de leitura pública.

Cerca de 10 anos mais tarde, lançadas as bases da constituição da RNBP, é solicitado um novo estudo, “*Relatório sobre Bibliotecas Públicas em Portugal*” (Moura, 1996), conducente a propostas concretas do domínio da política de bibliotecas e informação. Este relatório traçou o diagnóstico do funcionamento da RNBP do qual se concluiu, entre outras coisas:

“*A quase inexistência de cooperação e de partilha de recursos entre bibliotecas. O funcionamento em regime de autarcia, a manifesta dificuldade em trabalhar em conjunto, indica a inexistência de uma verdadeira rede de bibliotecas públicas portuguesas*” (Moura, 1996).

Ochôa, no estudo, “*Public Libraries and the Information Society*”, reafirma, como se pode comprovar pela citação, que em Portugal não há uma tradição cooperativa, nem uma eficiente rede de cooperação entre bibliotecas.

“Traditionally, libraries do not co-operate with each other. There is neither an efficient network of library co-operation, nor an inter-library loans scheme and a subject specialization scheme. However, some libraries operate at a local level to deliver and return inter-library loan items, but this does not represent a regional level. Cataloguing file transfers has become more significant, there are already four examples at a regional level.” (Ochôa, 1997)

Apesar de estes documentos serem datados de 1986, 1996 e 1997, a literatura mais actual (Calixto, 2005; Figueiredo, 2004; Pires, 2003) sugere que a situação não se alterou substancialmente. Isto indicia assim que não se conseguiu ainda alcançar o patamar superior de um funcionamento efectivo em rede. A necessidade de actualização do conceito bem como o desenvolvimento de hábitos cooperativos parece assim continuar a ser um (talvez o maior) desafio para as bibliotecas da RNBP.

“Na sociedade actual o conceito de rede desempenha um papel central pelo que não podemos hoje reflectir sobre o futuro da Rede Nacional de Bibliotecas públicas sem ter em conta este novo paradigma da tecnologia, e a consciência de que o próprio conceito de rede terá de evoluir. Segundo Castellis (2000), neste novo contexto, a «a rede é um conjunto de nós interligados (...) o que determina que a sua distância (ou intensidade e frequência de interacção) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que não lhe pertencerem. Por outro lado, dentro de determinada rede, os fluxos não tem a mesma distância entre nós.» O caminho que temos de percorrer na rede tem de ser na direcção de «um conjunto de nós interligados» onde claramente, pertencer a essa rede seja mais vantajoso do que não pertencer. (Figueiredo, 2004)

A COOPERAÇÃO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO BAIXO ALENTEJO

Conceitos de cooperação

Com o objectivo de determinar e compreender o entendimento que os bibliotecários entrevistados tinham do conceito de cooperação, os mesmos foram questionados sobre a temática em questão.

Nesta primeira abordagem os respondentes expressaram a necessidade de reflectir de uma forma mais profunda sobre o tema. Não obstante, indicaram que a cooperação é uma forma de partilha e de ajuda; é igualmente uma ferramenta de gestão das bibliotecas e um meio para alcançar objectivos comuns.

“A cooperação mais não é do que uma modelo de gestão das bibliotecas. É uma forma de gerir os serviços de forma consertada de maneira a rentabilizar os recursos que existem em cada uma das bibliotecas. Nestes moldes a cooperação não existe salvo alguns casos, principalmente no Norte, que nos mostram que a cooperação pode ser um caminho a seguir.” (Entr.4)

Associado ao conceito de cooperação emergiu igualmente o conceito de rede, e os respondentes manifestaram a urgência de se estabelecerem parcerias de âmbito concelhio e regional. Esta ideia fica evidenciada na resposta do bibliotecário citado.

“No meu entender o conceito de cooperação está bastante ligado á existência de uma rede. A cooperação deve ser feita de forma descentralizada ou seja a cooperação entre bibliotecas onde cada uma constitui o nó de uma rede e dentro da sua autonomia alimentar essa rede, por exemplo através da existência de um catálogo colectivo.” (Entr.8)

Os dados obtidos sugerem também que a cooperação é algo, que de uma forma geral, não acontece, emergindo, todavia, entusiasmo em relação ao tema e a necessidade expressa de, futuramente, se estabelecerem laços cooperativos entre os profissionais da região estudada.

Apreciação do funcionamento cooperativo por área de actuação

Das áreas analisadas as respostas indicaram que a cooperação se desenvolvia, ainda que de uma forma bastante ténue, na área da comunicação entre profissionais e na do empréstimo inter-bibliotecas.

Os dados sugerem que a principal motivação para a existência de cooperação na área da comunicação entre profissionais era o colmatar de dúvidas surgidas no decorrer do quotidiano laboral.

“Aqui a comunicação entre profissionais é baseada em troca de informações e dúvidas, sobretudo os contactos são fruto dos relacionamentos pessoais.” (Entr. 2)

A análise das respostas indica que os contactos tinham uma periodicidade irregular e eram potenciados pela existência de relações pessoais ou de proximidade geográfica entre os bibliotecários. O telefone era o canal preferencialmente utilizado.

“Existe pontualmente potenciada pelas relações geográficas e de amizade entre os bibliotecários.” (Entr.3)

A cooperação ao nível do empréstimo inter-bibliotecas caracterizava-se, igualmente, pela informalidade, pela inexistência de documentos escritos, que regulamentassem o funcionamento do serviço, e pelo baixo grau de frequência com que era realizado. Esta ideia é expressa pelo bibliotecário 5 e transversal à maioria dos entrevistados.

“ O empréstimo inter-bibliotecas aqui já se verifica mais, mas não se faz de uma forma muito regulamentada. Os contactos são feitos por telefone e não existe nenhum regulamento escrito.” (Entr.5)

Para tal muito contribuía, de acordo com os respondentes, a inexistência de fundos documentais especializados e diversificados, a quase inexistência de catálogos *on-line* das bibliotecas da região e a inexistência da regulamentação e divulgação do serviço junto dos utilizadores.

Nas restantes áreas de actuação as respostas obtidas dos bibliotecários indiciam claramente a inexistência de qualquer actividade de cooperação. Ainda assim, estes manifestaram que seria muito importante a existência de práticas cooperativas na gestão de colecções, nomeadamente na área das aquisições e, no tratamento documental, no apoio técnico e formação e no planeamento de actividades de promoção do livro e da leitura.

De acordo com as respostas obtidas, é seguro afirmar que a conservação e restauro e a investigação seriam campos de menor importância no âmbito da cooperação.

Vantagens e desvantagens associadas à cooperação

Apesar da quase inexistência de práticas cooperativas nas bibliotecas estudadas, os inquiridos reconheceram a sua importância e a necessidade de estas se realizarem com mais frequência e de uma forma consertada.

A importância atribuída pelos respondentes à cooperação era reforçada quando questionados sobre as vantagens e desvantagens de cooperar.

Os respondentes foram unânimes em considerar existirem mais vantagens do que inconvenientes, sendo que os últimos surgiriam apenas se o processo cooperativo fosse mal conduzido.

Relativamente às vantagens os bibliotecários geraram 20 itens de resposta. Depois de submetidos ao processo de codificação, foram definidas as seguintes 4 grandes categorias:

| |
|---------------------------------|
| Rentabilização de recursos |
| Melhoria dos serviços prestados |
| Racionalização de Custos |
| Optimização de tempo |

Tabela 4: Vantagens da cooperação

A vantagem mais referida pelos bibliotecários foi a rentabilização de recursos, tendo sido indicada por quase todos os respondentes.

“A maior vantagem é sem dúvida a rentabilização de recursos. No nosso dia-a-dia temos de fazer uma grande gestão dos recursos (humanos, financeiros, materiais) que temos disponíveis e deparamos quase sempre com necessidades. A cooperação traria a este

nível inúmeros benefícios, por exemplo, poderíamos partilhar equipamentos, fazer o tratamento documental em conjunto e assim ter os técnicos mais disponíveis para outras tarefas.” (Entr.6)

A segunda vantagem mais citada foi a melhoria dos serviços. É significativa a preocupação manifestada com a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, sendo uma ideia que emerge de forma mais ou menos explícita da maioria dos discursos. A referência ilustra de forma bastante clara a opinião de um dos três bibliotecários que indicaram esta vantagem.

*“Na minha opinião a grande vantagem da cooperação é a melhoria dos serviços no seu global. O trabalho cooperativo permite prestar serviços de uma maior qualidade não só pelo aprofundamento e amplitude dos temas que podem ser tratados mas também pela maior eficiência. É impossível que uma biblioteca em si mesma, por exemplo, disponibilize um serviço de informação *on-line*, em existe a possibilidade de criar estes e outros serviços traduzindo-se num salto qualitativo muito grande” (Entr.8)*

De acordo com os entrevistados a melhoria dos serviços traduzir-se-ia, por exemplo, na simplificação dos procedimentos, no maior fluxo de informação disponível, na maior oferta editorial, na melhoria das condições de atendimento e na quantidade e diversidade das actividades de promoção do livro e da leitura.

Indissociável da rentabilização de recursos e da melhoria dos serviços encontra-se a redução dos custos. Esta vantagem é apontada por 3 dos 8 bibliotecários entrevistados.

“Há muitas vantagens em cooperar, mas talvez uma das principais seja a possibilidade se conseguirmos fazer mais com menos despesa. Estou a falar de redução de custos associados à gestão da biblioteca, nomeadamente se conseguíssemos ter uma política de gestão conjunta reduziríamos os custos na aquisição dos documentos, no que se refere ao tratamento documental pouparíamos tempo e dinheiro e recursos humanos, o mesmo aconteceria com o apoio técnico e formações e principalmente no que se refere à realização de actividades de animação que são um quebra-cabeças para quem gere uma biblioteca com poucos recursos financeiros” (Entr.1)

Para os respondentes esta vantagem surge, sobretudo, associada à realização de actividade de promoção do livro e da leitura, uma vez que esta área consome uma fatia substancial do orçamento das bibliotecas.

Com menor peso encontram-se as vantagens associadas à optimização de tempo, indicada apenas por 2 bibliotecários.

“Não sei se com os outros colegas acontece o mesmo mas o que se passa comigo é que quando entro na biblioteca é difícil voltar a sair e as horas que aqui passo parece que nunca são suficientes para realizar todas as tarefas e para colocar de pé todos os projectos que tenho na cabeça. Por este motivo penso que a primeira vantagem que aponto é a optimização de tempo. A cooperação nas várias áreas permitiria, certamente, poupar tempo nomeadamente no que se refere às tarefas de tratamento documental. Por outro lado a cooperação também implicaria que cada biblioteca estivesse mais disponível para reuniões e planeamento de actividades, nunca tinha reflectido sobre o assunto mas talvez uma das razões para não cooperarmos tanto como gostaríamos passe pela falta de tempo.” (Entr.2)

No respeitante às desvantagens de cooperar, os bibliotecários geraram 10 itens de resposta. No seguimento do procedimento metodológico adoptado, as mesmas foram submetidas a um processo de codificação e agrupamento, do qual resultam 4 possíveis desvantagens, a saber:

| |
|-------------------------|
| Perda de identidade |
| Perda de autonomia |
| Surgimento de conflitos |
| Partilha desigual |

Tabela 5: Desvantagens da cooperação

De acordo com análise efectuada, a maior parte dos entrevistados não identificaram verdadeiras desvantagens no acto de cooperar.

Apesar deste resultado era notória a preocupação no sentido de o processo cooperativo se desenvolver de forma organizada e consistente.

“Se houver planeamento e as regras estiverem bem definidas não haverá inconvenientes. Todas as questões devem ser muito bem planeadas para que não surjam conflitos e para que cada biblioteca se sinta igualmente importante e sinta que está envolvida de igual forma no projecto.” (Entr.4)

Neste contexto, é significativo o facto de a maioria dos respondentes afirmarem que a discussão, o debate e o planeamento seriam condições essenciais à inexistência de desvantagens.

Tal como o testemunho do bibliotecário 5 demonstra, as desvantagens surgem como algo natural e inerente ao processo cooperativo, e foi visível a forma positiva com que os bibliotecários encaram os possíveis inconvenientes do processo cooperativo.

“Eu não vejo grandes desvantagens na cooperação. Poderá haver situações pontuais mas isso é como em tudo na vida, tem a ver com o funcionamento das pessoas e das organizações” (Entr.5)

Este optimismo manifestou-se sobretudo em palavras mas ao longo das entrevistas foi igualmente perceptível na forma entusiasmada de falar, nas expressões e no tom de voz utilizado pelos respondentes.

Factores impulsionadores e bloqueadores do processo cooperativo

Face ao panorama traçado, nomeadamente no que se refere à quase inexistência de práticas cooperativas nas bibliotecas alvo do estudo, importa compreender as causas que estavam na origem desta situação e os factores que poderiam, futuramente, ser agentes de mudança.

Emerge da análise das respostas quatro ordens de factores impulsionadores do processo cooperativo:

| |
|---|
| Características das bibliotecas da região |
| Bibliotecários |
| Tecnologias de informação e documentação |
| Factores exógenos |

Tabela 6: Factores impulsionadores da cooperação

As afirmações dos respondentes sugerem que as características particulares das bibliotecas do Baixo Alentejo podem ser um factor impulsionador do processo cooperativo.

Dentro desta realidade encontram-se características como a percentagem de bibliotecas abertas ao público, a antiguidade das mesmas e, ainda, o papel da biblioteca de Beja enquanto motor da implementação da rede, bem vincada na citação que se segue.

“O Distrito de Beja é provavelmente, ao nível do Alentejo, aquele que melhores condições tem para iniciar este processo.

E que factores são esses?

Comparativamente ao distrito de Évora e Portalegre, Beja é o distrito do ponto de vista percentual tem uma maior taxa de bibliotecas abertas ao público por concelho. Provavelmente é, também, a que tem um número de bibliotecas mais antigas: Beja é a biblioteca mais antiga da rede. Há um trabalho em termos de leitura pública, criou hábitos e necessidades na comunidade que é servida por essas bibliotecas e que fez os executivos camarários despertarem para a importância das bibliotecas públicas e assim capacidade de negociar no sentido de pular patamares, e quando falo em patamares qualitativos falo nomeadamente em políticas de cooperação. Portanto parece-me que ao nível do Alentejo o distrito de Beja tem condições para isso, agora alguém tem que dar o pontapé de saída que é juntar os bibliotecários e discutir com eles, o processo, não pode ser de outra forma.” (Entr.8)

Os respondentes foram unânimes em considerar determinante o seu próprio papel enquanto agentes principais do processo cooperativo.

“Eu acho que o motor deve ser os bibliotecários porque não acredito que esse motor venha de cima, primeiro porque as autarquias quando se reúnem pensamento tudo menos nestas questões. Depois porque no que se refere à DGLB, no início tinha ideias claras sobre a importância da cooperação so que em determinadas conjunturas tem recuado.” (Entr.8)

Não menos importantes, enquanto motores da cooperação estão as tecnologias, e os bibliotecários vincaram de forma categórica esta relevância.

“O patamar da cooperação só é possível de concretizar se forem reunidos esforços nesse sentido e tirarmos todo o partido das tecnologias, e da presença das bibliotecas na internet. Só em conjunto e utilizando estas ferramentas podemos galgar este patamar do desenvolvimento das bibliotecas portuguesas” (Entr.7)

Menos evidente foi o destaque dado a questões exógenas, relacionadas com o relevo, a distância física entre bibliotecas, as características sócio económicas e o meio envolvente. Mesmo assim estes factores foram tidos como impulsionadores do processo cooperativo.

Relativamente às causas apontadas como bloqueadoras da adopção de práticas cooperativas este estudo sugere que as principais são as seguintes:

| |
|-------------------------------|
| Institucionais e políticos |
| Funcionamento das bibliotecas |
| Humanos |
| Geográficos |

Tabela 7: Factores bloqueadores da cooperação

Os obstáculos institucionais e políticos foram apontados pelos bibliotecários como um factor determinante no relacionamento entre as diferentes bibliotecas públicas.

“Por outro lado as bibliotecas públicas têm uma dimensão concelhia, são tuteladas por uma Câmara Municipal, a história do municipalismo em Portugal mostra que a cooperação entre câmaras não é algo fácil e portanto esses é um elemento dissuasor da cooperação” (Entr.8)

Estes obstáculos são fruto de rivalidades históricas e políticas entre os Municípios que dificultam a comunicação e impossibilitam o entendimento entre os mesmos.

A rivalidade e, sobretudo, a falta de hábito cooperativo não condicionam só o relacionamento entre municípios. Elas manifestam-se também internamente, nomeadamente no que prende com as formas de comunicação dentro da estrutura organizacional. De acordo com os respondentes, as Autarquias apresentam

manifestas lacunas ao nível da comunicação e da cooperação entre sectores e departamentos.

Outro condicionalismo prende-se com o excesso de burocracia que, em vez de agilizar processos e facilitar entendimentos, acaba por inviabilizar a concretização de possíveis parcerias.

Os bibliotecários debatem-se, igualmente, com problemas ao nível da autonomia de decisão, efeito de uma estrutura organizacional rígida e fortemente hierarquizada.

“O poder Político dificulta, muitas vezes, a tomada de decisões e a concretização de iniciativas. Não temos autonomia para decidir o que condiciona a nossa acção.” (Entr.6)

De facto as questões de índole institucional e política constituem um constrangimento à acção dos bibliotecários. Contudo cabe aos mesmos quebrar essas barreiras e influenciar a tomada de decisão por parte dos responsáveis pelos executivos camarários.

Estas dificuldades podem começar por ser quebradas com a implementação de projectos cooperativos de menor dimensão, nomeadamente entre a biblioteca pública, as bibliotecas escolares, associações culturais e outros serviços do município. Podem, similarmente, ser desenvolvidas acções de cooperação interna ao nível da formação dos funcionários

Do ponto de vista do processo de implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas existem, de acordo com os bibliotecários, alguns constrangimentos estruturais que têm deixado um pouco esquecidas as questões da cooperação.

“Eu acho que não tem tido o papel que deveria ter. Sou muito crítica em relação ao papel da DGLB, reconheço que o seu papel foi muito importante na fase de implementação das bibliotecas, mas fica-se por aí, nós sentimos que estamos entre a espada e a parede. Isto é, somos funcionários das autarquias mas alguém nos incutiu que estávamos dependentes da DGLB, mas a partir do momento que as bibliotecas são inauguradas os bibliotecários ficam por sua conta e o apoio resume-se essencialmente ao programa de itinerâncias. Mas as itinerâncias são só um aspecto. Concluindo, no que se refere à cooperação, a DGLB, falha bastante.” (Entr.1)

A principal crítica apontada à DGLB, prende-se com uma preocupação excessiva com a implementação física da rede, deixando de lado as questões do seu funcionamento e mais concretamente do funcionamento em rede propriamente dito.

“Não tem tido grande relevo no fomento à cooperação. Nós abrimos as portas e deixamos de ter qualquer apoio da DGLB. Não sei o que se passa mais perto da capital, mas aqui no Alentejo sentimos que a informação não nos chega e também não existe iniciativas por parte da DGLB.” (Entr.6)

Outro factor bloqueador referido pelos bibliotecários prende-se com a sua acção enquanto profissionais. Os mesmos referiram não existir um sentido de classe entre os profissionais das ciências da informação e documentação, como existe noutros grupos profissionais, o que acaba por os impedir de lutar de uma forma mais homogénea por determinadas políticas como é o caso da cooperação.

“Um dos principais problemas é que não há nos bibliotecários grande sentido de classe como existe noutras profissões e isso faz com que cada um trabalhe por si” (Entr.7)

Por outro lado a inexistência de um sentido de classe favorece, de acordo com os mesmos, o individualismo e o isolamento.

Existem, identicamente, por parte dos respondentes, sentimentos e atitudes que contrariam um espírito de cooperação, nomeadamente uma atitude passiva e falta de iniciativa e desconfiança relativamente às vantagens do processo cooperativo.

“O que tem falhado neste processo tem sido, essencialmente, as pessoas ou seja alguém com uma atitude proactiva que tome a iniciativa, neste caso tenho a certeza que os restantes bibliotecários iriam atrás”. (Entr.8)

Está-se, neste caso, perante um problema de falta de liderança e de falta de iniciativa, que resulta de uma mentalidade pouco facilitadora do trabalho conjunto e que carece de alteração sob pena de não se conseguir ultrapassar os desafios, cada vez maiores, que se colocam às bibliotecas.

Por seu turno, existem outros sentimentos como o receio de comparação e da avaliação que acabam por condicionar também o avanço do processo cooperativo.

Depois é mais fácil trabalhar no meu canto porque no momento em que trabalho com os outros as minhas fraquezas e grandezas saem muito mais à evidência, normalmente as pessoas resguardam-se um pouco dessa exposição e preferem trabalhar sozinhas com medo da comparação da avaliação exterior.” (Entr.2)

Os condicionalismos geográficos foram apontados como mais um obstáculo à adopção de práticas cooperativas. Estes condicionalismos passam, de acordo com os mesmos, pela existência de grandes distâncias físicas entre os diferentes concelhos.

“Um dos grandes entraves é o isolamento e a interioridade pois dificulta a comunicação física. A solução passaria por aproveitar as potencialidades das tecnologias da informação para quebrar essa barreira que por vezes é mais psicológica do que física” (Entr.4)

Em concordância com a citação supra, mais do que um factor físico a interioridade e o isolamento manifestam-se ao nível da atitude e dos comportamentos. Nos dias de hoje, face à evolução da tecnologia, não faz sentido falar em distância ao nível da comunicação e da circulação de informação. Nunca como agora as

pessoas, as cidades e os povos tiveram tantas oportunidades de quebrar as barreiras do isolamento e da interioridade.

CONCLUSÃO

Esta comunicação pretendeu disseminar resultados provisórios de uma investigação que está prestes a ser concluída. Ao fazê-lo, os seus autores pretendem contribuir para um debate que consideram absolutamente necessário, e que, por razões que a própria investigação sugere, não tem sido feito.

Este estudo identifica as inúmeras vantagens da cooperação referidas quer na literatura quer pelos próprios bibliotecários. Isto torna ainda mais paradoxal a situação claramente identificada de índices de cooperação muito baixos e em muitos casos simplesmente inexistentes.

Embora os bibliotecários reconheçam de forma unânime a importância de cooperar e estejam disponíveis para tal, ressalta de uma forma evidente não existir cooperação entre as bibliotecas públicas alvo deste estudo. Mesmo nos casos em que existem tentativas de trabalho conjunto, este é realizado de forma pouco articulada, resultado de relações pessoais existentes entre os bibliotecários e efectuada ocasionalmente.

As causas desta falta de cooperação, devem-se, sobretudo, a questões institucionais e políticas associadas ao funcionamento das autarquias, nomeadamente à falta de entendimento entre as mesmas, resultado de questões políticas e partidárias. Ressaltam igualmente deste estudo o insuficiente incentivo dado pela DGLB na promoção da cooperação e uma atitude pouco proactiva por parte dos bibliotecários.

Mecanismos de cooperação efectivos e sustentados deverão em princípio chegar mais tarde ou mais cedo às bibliotecas públicas portuguesas. É disso que fala a investigação, realmente toda a ciência das bibliotecas e da gestão, bem como os documentos orientadores de governos, entidades supranacionais e organismos profissionais. É por esse caminho que as tecnologias de informação e comunicação (ainda de uma forma mais acentuada com a Biblioteca 2.0) encorajam as bibliotecas públicas a seguir. A materialização desse futuro, ou antes, o tempo que falta para a materialização desse futuro dependerá muito das atitudes e das decisões que profissionais e políticos venham a tomar.

REFERÊNCIAS

ALASNE, Martin - Las redes de bibliotecas públicas y su automatización [Em linha]. Madrid, 2004. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em [www: http://www.absysnet.com/tema/tema45.html](http://www.absysnet.com/tema/tema45.html)

CALIXTO, José António - As bibliotecas públicas portuguesas: Transformações, oportunidades e desafios. PÁGINAS A & B, 16 (2005), pp. 61-88.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Actualizar para responder a novos desafios [Em linha]. CADERNOS BAD, nº1 (2004), pp.60-72. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em:

<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12004/Fig ueiredo.pdf>

MOURA, Maria José - Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais. Lisboa: Secretaria Regional da Cultura, 1986.

MOURA, Maria José - Relatório sobre Bibliotecas Públicas em Portugal. Lisboa: Ministério da Cultura da Cultura, 1996.

OCHÔA, Paula - Public Libraries and the Information Society: Portugal. PUBLIC LIBRARIES AND THE INFORMATION SOCIETY. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. (1997), pp. 213-220.

PIRES, Cláudia Guiomar Casaca - As Bibliotecas da Rede de Leitura Pública: Problemas e perspectivas. CADERNOS BAD, 1(2003), pp.117-126.

VEGA, José Antonio Merlo - La cooperación bibliotecaria en tiempos de Internet Anuario SOCADI de información y documentación. (1998), pp.245-254. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em: <http://exlibris.usal.es/merlo/escritos/coopera.htm>